



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

9 DE MARÇO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO. ADIANDO A ENTRADA EM VIGOR DO DEPÓSITO RESTITUIVEL SOBRE A GASOLINA.

Eu pedi ao Secretário de Imprensa que os convocasse para vir aqui porque eu desejo lhes transmitir uma decisão que considero de real interesse do nosso povo, da nossa gente. Esta forma que estamos adotando hoje não é a usual, mas ela decorre da importância que eu atribuo a essa comunicação. Desejo, antes de mais nada, e em caráter preliminar, recordar as decisões que nós adotamos no mês de janeiro, relativamente à situação econômica do país.

Naquela época, nós estávamos às voltas com problemas de nosso balanço de pagamentos; embora a situação tivesse melhorado sensivelmente no ano de 1976, contra 75, 74, subsistia ainda um grande *deficit* comercial e a nossa dívida externa, vale enfatizar, constituída do somatório da dívida pública com a dívida das empresas privadas, continuava a crescer, chegando a números que preocupavam seriamente.

Por outro lado, nós tínhamos o anúncio do aumento do preço dos derivados do petróleo, do petróleo cru, vale dizer, decretado pela OPEP, pelo *trust* que domina o mercado internacional do petróleo. Tínhamos, ainda, registrado também um grande aumento do consumo do petróleo no país durante o ano de 76 — no conjunto um aumento de cerca de

9%. Então, esta decisão da OPEP, de aumentar o preço do óleo cru, conjugada à tendência de maior consumo de derivados no país, tinha um reflexo grave sobre o nosso balanço de pagamentos e, sobretudo, sobre a balança comercial, que é o instrumento básico no balanço de pagamentos.

Diante desse quadro, o Governo, que já vinha, desde longo tempo, adotando medidas para evitar que a situação se agravasse, achou que devia tomar novas medidas, de maior peso, e que pudessem trazer melhores resultados, neste ano de 1977. Essas medidas, de um lado, referiam-se propriamente a comércio exterior. Nós restringimos mais ainda as importações, sobretudo as de artigos supérfluos, desnecessários a nossa vida, e também procuramos novas medidas para estimular as nossas exportações.

E quanto ao petróleo, propriamente dito, examinamos exaustivamente as diferentes soluções. Tratava-se de verificar se o Brasil poderia caminhar para o racionamento, ou se existiriam outras fórmulas que evitassem o racionamento. Do exame de todas as soluções possíveis, nós concluímos que o racionamento seria a pior delas. Pela extrema dificuldade de sua aplicação, pelas injustiças que possivelmente iriam ocorrer, pela corrupção que poderia gerar. Então, organizamos um elenco de medidas que nós denominamos de racionalização.

Essas medidas foram adotadas em meados de janeiro. E compreendiam, em essência, medidas que visavam racionalizar o consumo propriamente, e outras que visavam forçar ou restringir ou desestimu-

lar este consumo. Dentro das medidas de racionalização, como todos devem saber, houve muitas. Uma visavam a diminuir o consumo de óleo combustível, substituindo-o pelo carvão quando possível, ou pela energia elétrica; diminuir o consumo de óleo diesel, também substituindo-o pela energia elétrica; desenvolver a eletrificação rural; possivelmente também racionalizar o consumo, exigindo um melhor controle da regulação dos motores. Evitando, sobretudo, nos caminhões diesel, que os injetores fossem viciados. Também se procurou estimular o transporte coletivo de massa, o transporte solidário e assim por diante.

Outras visavam a desestimular o consumo. Nestas estão, por exemplo, as que se referem ao fechamento dos postos; o aumento do pedágio; a redução da velocidade (vale dizer, tinha além disso um outro reflexo sobre os acidentes, que, no Brasil, quase que batem um recorde mundial, pelo seu número e gravidade). E, ainda, dentro do desestímulo, enquadrava-se a instituição do depósito restituível, que se podia aplicar em qualquer derivado, mas que nós, inicialmente, decidimos aplicar sobre o óleo combustível e sobre a gasolina. E uma terceira medida, não menos importante do que essas duas, foi de uma ação psicológica, para conscientizar o nosso povo, sobretudo os consumidores, da gravidade do problema e da necessidade de cooperar na sua solução. O problema não é apenas um problema do Governo; o problema é um problema do Brasil, é da Nação. Todos devem participar e para que essa participação seja livre, é preciso que, antes de mais

nada, todos entendam o problema, sintam a importância, a sua gravidade.

Algumas dessas medidas foram aplicadas imediatamente. Outras têm a sua aplicação no tempo. Por exemplo, o desenvolvimento do transporte de massa, a aquisição de novos ônibus, o desenvolvimento dos trabalhos do metrô. Em São Paulo e no Rio de Janeiro. O depósito restituível, com relação à gasolina, não pôde ser aplicado desde logo, por causa das medidas necessárias à sua implantação, que demandaria algum tempo. Torno a dizer que tudo isso foi concebido e foi planejado, e foi decidido e posto em execução a partir de meados de janeiro.

De então para cá, nós verificamos, no quadro nacional, uma evolução que eu considero promissora; no que se refere à balança comercial, melhoramos sensivelmente, nos meses de janeiro e fevereiro. Basta ver que em janeiro de 1976 o *deficit* da balança comercial foi da ordem de 500 milhões de dólares. Neste ano, o *deficit* chegou no máximo a 80 milhões. Em fevereiro também será bem reduzido para, talvez, 50 milhões de dólares. E esses dois meses são, pelo aspecto sazonal, os piores meses do ano.

Claro que isso resulta, em grande parte, dos preços do café, que melhoraram — que subiram, não vamos contar isso como uma melhoria —, mas que subiram numa proporção fora de tudo o que se poderia imaginar, em consequência daquelas célebres geadas que ocorreram, em 1975, no Paraná e em São Paulo. Cresceram também pela valorização de outros produtos.

A mamona se valorizou, o sisal, a soja está com bom preço, o suco de laranja também está. O cacau também. De maneira que de um lado o nosso balanço de pagamentos está, sem dúvida nesses dois meses, com características e aspectos bem favoráveis. Muito melhores do que aqueles que nós tínhamos em dezembro e começos de janeiro. Não só as importações caíram, diminuíram, e as exportações aumentaram, quer dizer, o volume das exportações cresceu também. Não foi apenas o valor, e, sobretudo, há que destacar o grande crescimento que se está verificando na exportação de manufaturados.

De outro lado, as medidas que nós adotamos quanto ao petróleo também produziram resultados que nós consideramos bastante satisfatórios. O crescimento do consumo de gasolina no mês de janeiro, comparado com o mês de janeiro de 1976, foi apenas de 3%. O consumo do óleo diesel, nesta mesma comparação, foi praticamente estacionário, e no óleo combustível houve uma pequena redução. Verificamos também que os Estados e os Municípios cooperaram com o Governo federal, no consumo dos órgãos públicos. Verificamos que o tráfego nos fins de semana diminuiu sensivelmente.

Então isso significa que realmente fomos compreendidos nos objetivos que tínhamos e os resultados que alcançamos foram auspiciosos e corresponderam àquilo que nós esperávamos. Nos próximos meses, embora ainda não tenhamos os dados definitivos de fevereiro, em março e abril nós temos a impressão de que esta redução vai continuar, em função

dos pedidos de derivados feitos pelas distribuidoras. As companhias distribuidoras dirigem seus pedidos ao Conselho Nacional de Petróleo, para o abastecimento nos próximos meses. E nós verificamos que as companhias distribuidoras estão apresentando pedidos menores que antes. Pediram, inclusive, redução nos pedidos formulados anteriormente. O que mostra uma tendência para a redução.

Bem, diante deste quadro, o Governo, que estava na iminência de aplicar, finalmente, a disposição relativa ao depósito restituível sobre a gasolina, achou que poderia adiar a aplicação desse depósito indefinidamente, de vez que acha que o povo entendeu o problema e está cooperando com a redução do consumo, e que o objetivo que nós tínhamos em vista pode ser atingido sem a aplicação desta exigência.

É claro que o Governo vai ficar atento ao problema e poderá, a qualquer momento, se assim for conveniente, se a nossa balança comercial novamente se deteriorar, ou se o consumo crescer acima dos limites razoáveis, o Governo poderá aplicar a medida, que está em lei. Em face das circunstâncias atuais, o Governo achou perfeitamente possível adiar indefinidamente a aplicação desse dispositivo. E o faz confiante na consciência e na ação do consumidor. O Governo confia naqueles que usam automóveis e consomem gasolina, que consomem diesel, e consomem óleo combustível, e que estão conscientes da importância do problema e de que têm o dever de cooperar, como já estão e continuarão. Muito obrigado. Era isso que eu tinha a dizer.